

ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

Ata n.º 010/07.

1
2
3
4 Aos vinte um dias do mês de maio de dois mil e sete, às dezoito horas e vinte minutos, pelos
5 fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas que integram a presente Ata, reuniram-se
6 para Assembléia Ordinária na sede do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de
7 Porto Alegre, sito Rua Cel. Genuíno, n.º 421, 3º andar – Esplanada dos Açores, sob coordenação da
8 Presidente Maria Lopes Rodrigues – **CORAS Norte**, e na presença dos **CONSELHEIROS DA**
9 **SOCIEDADE CIVIL**: Eunice Zimmermann – **Instituto Leonardo Murialdo**; Arnaldo Batista S.
10 dos Santos – **Sociedade Educação e Caridade – Instituto São Benedito**; Cristina P. Palavro –
11 **Associação Cristã Feminina**; Anahí M. Melgare – **CRESS**; Iara de Fátima Bueno da Rosa e
12 Miriam Dabdab D. Kolinger – **CORAS Centro**; Maria de Lurdes dos Santos – **CORAS Centro-**
13 **Sul**; Lourdes Maria Pretto – **CORAS Cristal**; Irilde B. da Silva – **CORAS Extremo Sul**; Heloísa
14 Helena L. Vinõlo e Eliane da Luz Santos – **CORAS Glória**; Carlos B. da Silva – **CORAS Leste**;
15 Francisco T. de Lima – **CORAS Lomba do Pinheiro**; Rose C. Canabarro – **CORAS Nordeste**;
16 Marister da Cunha John e Olinda Maria Roberti – **CORAS Noroeste**; Maria Lopes Rodrigues e
17 Elvira Centena da Silva – **CORAS Norte**; Gleci Godoy Alvarenga – **CORAS Sul**.
18 **CONSELHEIROS DO GOVERNO**: José Valdir R. da Silva - **Câmara Municipal**; Márcia L.
19 Soares – **DMAE**; Cláudia Ilha de Lima, Sandra Mara Nunes e Lúcia Helena de Souza – **FASC**;
20 Vilma Maria O. da Silva – **SMA**; Maria do Carmo de Souza – **SMED**; Elenice de Fátima de Mello
21 Stanzinski – **SMF**; Carlos Fernando Simões Filho - **SMGL**; Carla N. dos Santos – **STCAS**.
22 **FALTAS JUSTIFICADAS**: Denise Araci Leonhardt - **Associação Cristã Feminina**; Cristina N.
23 de Moraes Torres – **Câmara Municipal**; Andréia Paim Leal – **DMLU**.
24 **AUSENTES/SOCIEDADE CIVIL**: Roberto M. Ramos e Eliane Gassen – **USBEE**; Milda S.
25 Pinent e Viviane B. Rodrigues – **UAMPA**; Josiane S. Cardoso e Gislaíne S. Roncoli – **CORAS**
26 **Cruzeiro**; Maria Francisca da Silva Oliveira e Sérgio L. Cupini – **CORAS Eixo Baltazar**; Frei
27 José Bernardi e Lurdes Vargas de Souza – **CORAS Ilhas/Humaitá/Navegantes**; Paulo Francisco
28 da Silva e Nelcinda A. da Silva – **CORAS Partenon**; Leila Maria Pitta de Azevedo e Glademira M.
29 C. Barbosa – **CORAS Restinga**. **AUSENTES/GOVERNO**: Carmem Lopes e Adalberto Gomes F.
30 Júnior – **Câmara Municipal**; Sueli Terezinha Luckemeyer e Letícia G. de Souza – **DEM HAB**;
31 Jairo Armando dos Santos – **DMLU**; Eloísa Helena C. Strehlau e Ana Fagundes – **SMC**; Paulo
32 Roberto Pontes e Júlio Fontoura – **SMDHSU**; Mara Rosane M. Prado e Ana Eleonora S. Assis –
33 **SME**; Patrick de Oliveira Teixeira e Adriana Furtado – **SMGL**; Carmen Lúcia S. Garcia – **SMIC**;
34 Adriana M. Maciel e Miriam Cardon Prikladnicki – **SMS**; Lúcia Cristina D. Capitão e Malena B.
35 Ramos, Juliana de Oliveira C. Costa e Vera S. Karros, Meire Ana B. da Silva e Mercedes Helena
36 Vicentini – **STCAS**. **Governo Federal**: Sem representação de Conselheiros. Após assinatura da
37 lista de presenças, a Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa deu início aos trabalhos. **Pauta: 1. Votação**
38 **da Ata 09/07; 2. Termo de Convênio SASE e Trabalho Educativo (Retirado); 3. Dissídio das**
39 **Entidades Conveniadas; 4. Agentes PPDLES – Sr. Paulo Marques; 5. Regulamento da**
40 **Conferência; 6. Informes. Sra. Presidente (Maria Lopes Rodrigues):** Boa-noite a todos. Vamos
41 começar com alguns informes, porque não temos *quorum* ainda. Nós estamos retirando da Pauta o
42 Termo de Convênio SASE e Trabalho Educativo, vocês receberam a cópia do termo, mas está
43 faltando um parágrafo único nos dois convênios, onde trata da parcela do 13º dos dois convênios.
44 Nós colocamos lá que a parcela do 13º será igual a do mês anterior, mas tem que ter um parágrafo
45 único, quando for com convênios novos essa parcela é proporcional ao tempo. Isso não está escrito,
46 então, estamos retirando para poder definir. **3. Dissídio das Entidades Conveniadas.** Outro item
47 não é nem questão de votação, mas sim de discussão. Nós estamos participando das discussões do
48 dissídio dos convênios de todas as Entidades. Eu participei das três reuniões com o Secretário

49 Busatto, até porque ano passado aprovamos o dissídio aqui sem ter participado das discussões, isso
50 veio pronto para cá. E o Conselho reivindicou que se nós somos o espaço onde faz a resolução de
51 aprovação, nós temos que participar da discussão. Nessa discussão houve uma oferta da Prefeitura
52 com 10%, a qual não foi aceita pelo Fórum de Entidades e pelo grupo que seria ouvido. Nós
53 fizemos uma das reuniões, colocamos todas as dificuldades que as Entidades passam, em função das
54 exigências, dos termos de convênio, e solicitamos que fosse revisto, fizemos uma proposta de
55 12,5%. Na próxima reunião, que foi terça-feira passada, veio, então, a proposta do CMDCA, que
56 veio com três itens a proposta e que não seria aceita senão se fechassem os três itens, não poderia
57 ser desmembrado, eu vou começar por aquela que foi considerada uma boa proposta, foi aceita até,
58 é a questão das creches, o pessoal que tem educação infantil. A proposta do Governo foi de 10% de
59 reajuste. E se levarmos em consideração que dentro do termo de convênio existe uma cláusula que
60 diz que as Entidades precisam reservar 5% do valor do convênio a cada três meses para aquisição de
61 material pedagógico, a proposta da Prefeitura foi que para as creches seria 10% mais 2% ao mês
62 para material pedagógico. Esta foi a oferta para a questão da educação infantil. Na realidade, existe
63 uma vantagem para a questão das creches, porque antes tinha 5% por trimestre, mas tirava de dentro
64 do valor o convênio, hoje esses 2% vão ser recebidos separados. Então, para creche tudo bem, só
65 que não se podia aprovar em partes. O segundo item é uma proposta do Governo na questão do
66 FUNCRIANÇA em colocar o Programa de Reordenamento dos Abrigos, o PEMSE, depois foram
67 levantadas outras hipóteses, Ação Rua, coisas assim. Então, para captação de recursos para o
68 FUNCRIANÇA era um ponto. E o terceiro, que foi um grande impasse é 10% para as ações de
69 assistência social. Este aqui, claro, não dava para dar definição e tem que ler toda a legislação,
70 porque o FUNCRIANÇA não pode ser repassado para a Ação Continuada, é pontual. Então, ficou
71 para ser levado para o CMDCA para uma discussão. E este aqui eu trouxe para discussão, porque a
72 gente fez uma simulação de cálculo, aí quero chamar atenção, nas ações de assistência social está o
73 SASE, Serviço para População Adulta, idosos, PCDs, Trabalho Educativo e Família. Foi aqui que
74 gerou o impasse, porque se nós levarmos em consideração que SASE também tem material
75 pedagógico, e um dos argumentos que a gente usou é que na questão da creche pode cobrar, a
76 SMED não proíbe de cobrar. Então, nós discutimos, fizemos uma proposta de 12%, porque 10%
77 está certo, mas queríamos mais 2%, e o impacto na diferença é de R\$ 28.000,00 por mês. O valor
78 atual de convênio mensal é mais ou menos isto da FASC, R\$ 1.400.000,00 sem o reajuste. Então, se
79 levarmos em consideração 10% são R\$ 140.000,00, 12% são R\$ 168.000,00, dá R\$ 364.000,00 ao
80 ano para as 13 parcelas. Então, estamos discutindo essa diferença, temos uma nova reunião
81 marcada. Isto é muito mais para informação, porque evita que quando vier para cá ninguém sabe do
82 que se trata. Tem a questão da criança, que é prioridade absoluta, só que nós estamos discutindo
83 porque existem programas, por exemplo, de idosos, que são R\$ 100,00 por mês para 25 idosos, e é
84 do Governo Federal, não é do Município. Abrigos e asilos R\$ 40,00 por mês, é o Ação Continuada.
85 Então, vejam, no momento que colocamos aqui idosos, nós só estamos listando, porque nem entra
86 nesses 2%, só o Centro de Convivência. **Sra. Eunice Zimmermann:** Iara, na conferência de 2005
87 foi definida a criação de um programa, uma política municipal. Agora a gente tem que pegar de
88 novo. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Porque é uma avaliação, é isso que o pessoal precisa
89 ter muito claro nas suas pré-conferências, esta é uma pré-conferência totalmente diferenciada das
90 demais. Tem muita gente preocupada em fazer demanda e a questão não é fazer demanda, é avaliar
91 o que avançou de 2005 até agora, o que estava lá nas resoluções, o que foi feito, porque não foi feito
92 e qual é o caminho para fazer. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Existe o Centro de Convivência para
93 Idosos, que é municipal, que é mantido pelo Governo Municipal, os asilos são por repasse do
94 Governo Federal. **Sra. Eunice Zimmermann:** Essa discussão tem que passar também por isso,
95 porque a FASC acaba fazendo a supervisão desse programa do idoso com uma série de exigências,
96 encontro semanal, lanche, passeio, técnico, etc., a 100,00 por mês para 25 idosos. **Sra. Presidente:**
97 Tem só uma questão, já que tu falaste da questão da conferência, o que a gente tem que ter bem

98 claro é se vamos discutir políticas públicas de Estado, não é a nossa açõzinha, não é o programa da
99 minha região, da minha Entidade. Isso eu acho que temos que ter bem presente na nossa avaliação.
100 **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Não é questão de votação, mas queria pelo menos ter o
101 indicativo de vocês. Vocês consideram que a forma como a gente está encaminhando a questão
102 nesse ponto do dissídio está ok? **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** Iara, nós aqui enquanto
103 Conselheiros do CMAS achamos que deveria ter uma contraproposta em relação ao segundo item
104 também, não só em relação ao terceiro. O SASE e demais programas não chegaram no patamar os
105 2%, aí há uma lacuna, mas no segundo item, nos programas sugeridos por nós do Governo, eu acho
106 que isso poderia ser sugerido também pelo Fórum e demais Conselhos outros programas que podem
107 viabilizar também a questão de recursos. Existem outros vários programas na área social que
108 sensibiliza o investidor, com redução de imposto de renda e tudo mais, que não foi citado. Eu acho
109 que isso tem que ser citado por nós também, programas muito interessantes, que estão dando muito
110 certo há muito tempo e programas novos que foram demandados em 2003 e 2005 como o próprio
111 Ação Rua, que vem sendo pedido desde 2003 pela Cidade em duas Conferências. É um apelo do
112 público nacional, em função de moradia de rua e sobrevivência. **Sra. Sandra Mara Nunes:** O
113 FUNCRIANÇA não pode assumir recurso para custeio. **Sr. Carlos Fernando S. Filho:** Aí também
114 está havendo uma interpretação, a captação dos recursos dos projetos governamentais, 30% fica
115 retido no FUNCRIANÇA, e editais abertos para todas as Entidades. Os demais 70%, isso é
116 acordado dentro do Conselho, não foi dito na reunião com o Busatto que isso seria destinado
117 diretamente para esses programas. Captar é uma coisa, destinar nos editais é outra coisa. O que nós
118 concordamos dentro do Governo atualmente é um despropósito e um disparate, de todos esses anos
119 de existência do FUNDO e nunca a Prefeitura ter colocado um projeto ali dentro para captar,
120 sabendo que existem várias parcerias em andamento, a última delas é a parceria com a Prefeitura de
121 São Paulo. Então, quarta ou quinta chega um representante da Prefeitura de São Paulo, um convênio
122 assinado em maio do ano passado, com a ciência do Fórum DCA, eles aprendem a fazer o que nós
123 fazemos e todos os investidores que não forem da Cidade de São Paulo eles tiram do
124 FUNCRIANÇA de Porto Alegre. Isso significa que dos 60 milhões que eles captam por semestre,
125 nós captamos 6 milhões por ano, nós podemos elevar. Então, eu acho que esse segundo ponto
126 deveria ser melhor olhado e avaliado. Ele pode alimentar o terceiro. **Sra. Iara de Fátima Bueno da**
127 **Rosa:** Eu até concordo, mas o FUNCRIANÇA é um fundo ligado ao CMDCA. **Sr. Carlos**
128 **Fernando S. Filho:** Mas que depende deste. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Não, senhor,
129 são coisas independentes. O Governo coloca lá parece que R\$ 1.100.000,00 no FUNCRIANÇA, o
130 Governo Municipal, o resto é captação de recursos. Nós não incidimos sobre o FUNCRIANÇA. E
131 tem uma outra questão que nos chama muito a atenção, porque a grande diferença que existe entre o
132 convênio de SASE de 40 metas e um convênio de creche de 60 metas, ele dá mais ou menos R\$
133 1.400,00, 60 metas de creche e 60 metas de SASE dá isso de diferença pró-creche. Com isto aqui
134 aumenta a diferença, porque se formos pegar na ponta o lápis, na realidade, as Entidades não estão
135 ganhando 2% por mês, elas estão ganhando 11% no trimestre, porque vai ganhar 2% e os 5% que
136 elas não vão gastar, vão tirar dali. Então, aumenta a diferença. Lógico, se nós fossemos pedir uma
137 equivalência entre um convênio de SASE, isto teria que chegar praticamente em 40% para ir lá para
138 cima. Isso a gente sabe que não vai acontecer. O que a gente não pode aceitar é que aumente a
139 diferença, pelo menos temos que tentar mantê-la. **Sra. Presidente:** Agora eu queria justificar o meu
140 atraso, eu estava acompanhando uma usuária ao INSS desde às 15 horas, ela tinha um horário
141 marcado às 15h30min e o atendimento foi às 17h50, por isso eu terminei me atrasando. Em relação
142 a essa questão nós não somos contra a captação de recurso, essa não é a discussão. Nós entendemos
143 que o FUNCRIANÇA não pode estar na discussão do dissídio porque ele não faz parte desta
144 discussão, ele é Ação Continuada. Os municípios podem encaminhar programas, não só pode, deve,
145 só que não pode estar em uma negociação de dissídio, não é condicionado. Então, é por isso que o
146 FUNCRIANÇA para nós fica fora. Segundo, quem delibera sobre ele é o Conselho da Criança e do

147 Adolescente. Agora, em nenhum momento a gente disse que era contra a captação de recurso. **Sra.**
148 **Rose C. Canabarro:** Quarta-feira nós temos reunião extraordinária da CORAS e as Entidades me
149 pediram para perguntar se continua demandando metas para SASE dentro do OP, ou quando quer
150 trocar de faixa é direto com a FASC e o CMAS? No convênio antigo trazia que para trocar de faixa
151 tinha que pegar recurso no OP. Hoje no convênio não traz, essa é a dúvida da região. Eu estou aqui
152 falando pela região e quarta-feira eu tenho que levar esta posição. Com quem fica a captação de
153 recursos? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Deixa eu te responder. Primeira coisa: esse termo
154 de convênio foi levado para conhecimento de vocês, ele não foi votado, então, não está valendo. Se
155 nós não partirmos do princípio de ter entendimento que a gente está passando para vocês tomarem
156 conhecimento de todas as coisas que estão sendo discutidas aqui, daí, sem termos votado aqui ficar
157 considerando que é isso que vale, aí vamos ter que mudar a forma de fazer as coisas. Nós
158 mandamos exatamente para quando chegar na Assembléia, quando a gente tiver que votar, vocês
159 terem tomado conhecimento. Até, então, este aqui não vale. O segundo passo eu vou deixar para
160 que a Heloísa fale. **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:** Já era cláusula de convênio trocar de faixa sem
161 demandar o OP, só que vocês nunca leram o convênio. No convênio não diz que tem que buscar
162 aumento no OP, ele diz que a partir do momento que comprovar 50% a mais de atendimento
163 automaticamente muda a faixa. O convênio que está em vigor agora. **Sra. Rose C. Canabarro:** E o
164 recurso busca onde? **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:** Tem que pegar comprovação da FASC. **Sra.**
165 **Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Não é por demanda, já não era. Está escrito aqui que a Entidade
166 quando assinar o convênio tem que levar a sua cópia, porque as Entidades assinam os convênios
167 com a FASC e a FASC fica com as cópias, não dá para ninguém. **Sra. Rose C. Canabarro:** Então,
168 eu não vou mais no OP pedir, é isso? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Não é necessário.
169 Agora, particularmente, acho o seguinte: que tem que pedir. Eu Iara estou dizendo isso, porque
170 quando está no livro, entende? Uma coisa é certa, a distorção já era feita, porque a distorção está em
171 sempre terem feito esse pedido. Pelos termos de convênios anteriores não precisava fazer, bastava
172 ter depois uma visita da Tripartite, ou mesmo a questão da CORAS, um parecer da CORAS que tem
173 espaço para aumentar, vem uma ata para cá e consulta o GPO, passa para a FASC e eles verificam
174 se tem recurso. Só que este caminho de verificar se tem recurso que é complicado. Então, na minha
175 opinião, até que todo mundo consiga e que a gente aprove, até que todo mundo tenha conhecimento
176 de todas as cláusulas deste convênio o pessoal deve sim demandar. **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:**
177 A SMED já está fazendo a mudança de faixa automático, porque a prioridade deste Governo são as
178 creches. Então, automaticamente todas as creches estão sendo chamadas a partir do momento que se
179 comprove o atendimento, só que a SMED tem recursos destinados, a assistência social não tem. Se
180 nós não formos para a Plenária não vêm recursos para assistência social. Qual é a maneira de ir para
181 as Plenárias e levar o povo? É demandar. Se a assistência social ficando em terceiro lugar ganhou
182 setecentos, se a gente não priorizar como primeiríssimo lugar, porque a habitação tem dinheiro do
183 Federal, até propaganda na televisão que a Caixa está dando as casinhas. Então, tem que priorizar a
184 assistência social. **Sra. Rose C. Canabarro:** Isso foi uma discussão que a gente teve. Eu ainda
185 afirmo e no material que a gente recebeu está ali, que a gente consiga garantir 8% da assistência
186 social, aí as pessoas se mobilizam, dizem que não vão, porque está no convênio. **Sra. Iara de**
187 **Fátima Bueno da Rosa:** Aí que está, nós passamos um termo de convênio para vocês tomarem
188 conhecimento que não está aprovado. Isto aqui não tem muita alteração a ser feita, aí não pode
189 pensar nisto como verdadeiro sem aprovação, e tem que tornar público. Senão a gente vai começar a
190 filtrar as coisas que mandamos. Por exemplo, está saindo o *site* do CMAS, neste *site* vão estar todas
191 as atas, só que só vão estar lá as atas aprovadas e assim tem que ser com todos os documentos.
192 Então, por favor, os documentos que a gente enviar a vocês para tomarem conhecimento, para não
193 virem aqui crus, porque quem era Conselheiro anteriormente sabe que às vezes a gente chegava nas
194 reuniões para aprovação de algo que ninguém sabia o que era. Então, a gente está mandando para
195 conhecimento, mas não dá, senão depois cria toda essa confusão. Então, demandar tudo no

196 Orçamento Participativo e pontuar assistência social. Mais alguma dúvida? Já temos *quorum*.
197 **Maria de Lurdes:** Iara, como ficou a negociação do Governo? Não vai ter reajuste este mês? **Sra.**
198 **Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Não, mesmo que haja reajuste, na melhor das hipóteses,
199 suponhamos que na quarta-feira a gente consiga fechar, o reajuste vai ser pago retroativo a abril,
200 mas na melhor das hipóteses vai ser pago em 30 de junho e não julho. Agora nós temos o
201 regulamento da nossa conferência, ele não foi mandado, ele vai ser lido. **5. Regulamento da**
202 **Conferência. Sra. Maria do Carmo de Souza:** Eu faço a leitura: *VII Conferência Municipal de*
203 *Assistência Social – Compromisso e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo*
204 *Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Regulamento. Capítulo I – Dos Objetivos. Art. 1 – A*
205 *Conferência é o fórum municipal de reflexão e deliberação sobre a política municipal de*
206 *assistência social, aberto a todos os segmentos da sociedade local, e terá como objetivos avaliar a*
207 *situação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; geral: propor diretrizes para o*
208 *aperfeiçoamento do sistema e eleger os delegados para a VI Conferência Estadual; específico:*
209 *discutir em âmbito municipal as metas de gestão, financiamento, recursos humanos e controle*
210 *social do SUAS, deliberados na VI Conferência Municipal de Assistência Social em 2005 e*
211 *implementado nos últimos dois anos com perspectiva de identificar os avanços, as dificuldades e os*
212 *desafios a serem enfrentados nos próximos oito anos, considerando as co-responsabilidades das*
213 *três esferas de Governo na consolidação do SUAS; 2) Avaliar, discutir e deliberar metas sobre os*
214 *direitos socioassistenciais para o Município a partir dos dez direitos assistenciais, aprovados na V*
215 *Conferência Nacional de Assistência Social e dos resultados da Pesquisa Fotografia da Assistência*
216 *Social no Brasil na perspectiva do SUAS. Das Pré-Conferências. Artigo 2 – Antecedendo as pré-*
217 *conferências acontecerão dois seminários preparatórios para Conselheiros com o intuito de*
218 *organizar as pré-conferências; art. 3 – As pré-conferências ocorrerão nas 16 regiões do*
219 *Orçamento Participativo, as pré-conferências sob a coordenação das CORAS, Comissões*
220 *Regionais de Assistência Social, em parceria com as gerências regionais de assistência social da*
221 *FASC; art. 4 – Os seminários acontecerão nos dias 3 de março e 14 de maio na sede do CMAS; art.*
222 *5 – As pré-conferências serão realizadas no período de 14 de maio a 14 de junho, conforme*
223 *calendário previamente divulgado e seguirão a estrutura proposta para o funcionamento da*
224 *conferência, qual seja: contextualização do SUAS com enfoque nos dois objetivos propostos, com*
225 *sucinta apresentação da FASC e do CMAS; trabalhos em grupo de acordo com os objetivos;*
226 *plenária final de encaminhamentos e escolha de delegados; sistematização das discussões e*
227 *encaminhamento ao CMAS até uma semana após a realização da pré-conferência, com prazo final*
228 *até às 17h30min, do dia 18 de junho. Art. 4 – Durante a realização das pré-conferências serão*
229 *eleitos delegados da VII Conferência Municipal de Assistência Social nas regiões, conforme art.*
230 *13, item V, deste regulamento. Capítulo III – Da organização. Art. 1 – A VII Conferência Municipal*
231 *de Assistência social de Porto Alegre será realizada nos dias 29 e 30 de junho, e 7 de julho de*
232 *2007, no Colégio Marista Rosário, sito a Praça Dom Sebastião, nº 2, em Porto Alegre, e será*
233 *coordenada pela Comissão Organizadora, composta pela Secretaria Executiva e outros*
234 *representantes do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme a Resolução n.º 05/07. Art.*
235 *2 – A Conferência será presidida pela Presidente do Conselho Municipal de Assistência social de*
236 *Porto Alegre. Parágrafo único – na ausência ou impedimento legal da Presidente, a Vice-*
237 *Presidente do CMAS assume a presidência da Conferência Municipal. Art. 3 – A VII Conferência*
238 *de Assistência Social tem como tema central compromissos e responsabilidades para assegurar*
239 *proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Art. 8 – Para o desenvolvimento*
240 *de suas atividades a Conferência contará, além da Comissão Organizadora, com toda a estrutura*
241 *do CMAS. Art. 09 – São atribuições da Comissão Organizadora: inciso I – Elaborar e divulgar o*
242 *regulamento aprovado pelo CMAS; II – Credenciar os delegados e observadores; III – Promover a*
243 *realização do evento, respondendo pelos aspectos técnicos, administrativos e financeiros que o*
244 *envolve; IV – Apresentar proposta de regimento interno e submetê-lo à aprovação do Plenário da*

245 Conferência; V – Organizar trabalhos de grupos; VI – Entregar aos participantes o texto base e
246 material de apoio à discussão; VII – Indicar coordenadores e relatores de apoio aos grupos; VIII –
247 Compor uma equipe de sistematização que elaborará a proposta do relatório final a qual será
248 submetida à Plenária Final; IX – Formar as mesas das Plenárias nas conferências; X – Receber a
249 inscrição das chapas de delegados da VI Conferência Estadual de Assistência Social; XI –
250 Encaminhar as deliberações da VII Conferência Municipal de Assistência Social para o Conselho
251 Municipal de Assistência Social, a fim de serem publicadas; XII – Subsidiar e instrumentalizar as
252 Comissões Regionais de Assistência Social – CORAS para a realização das pré-conferências
253 regionais de assistência social. Capítulo IV – Dos Recursos. Art. 10 – As despesas com a
254 realização da Conferência ocorrerão por conta dos recursos do Fundo Municipal de Assistência
255 Social, conforme já aprovado na Resolução nº 152/06. Capítulo V – Dos Membros. Art. 11º –
256 Poderão se inscrever como membros da Conferência todas as pessoas de instituições interessadas
257 na reflexão, discussão, avaliação e deliberação da política de assistência social, na condição de: 1
258 – Delegados natos, titulares e suplentes do CMAS, com direito a voz e voto; 2 – Delegados eleitos
259 nas pré-conferências regionais de assistência social com direito a voz e voto; 3 – Delegados
260 indicados pelas instituições governamentais; 4 – Observadores com direito a voz; 05 – Convidados.
261 Parágrafo Único – não serão aceitas inscrições de suplentes de delegados. Seção 1, Dos
262 Delegados. Art. 12º – A escolha os delegados dar-se-á através dos seguintes critérios: os membros
263 do Conselho Municipal de Assistência Social, titulares e suplentes, são delegados natos; as
264 instituições governamentais terão direito a 150 delegados, os quais deverão ter participado de no
265 mínimo uma pré-conferência, conforme registro nas listas de presença das mesmas; os
266 representantes por região serão escolhidos dentre os participantes das pré-conferências regionais
267 de assistência social, em função da quantidade de pessoas presentes, na proporção de um delegado
268 para cada três participantes, conforme a lista de presenças. Parágrafo Único – A indicação dos
269 delegados dar-se-á formalmente através de encaminhamento à Secretaria Executiva do Conselho
270 Municipal de Assistência Social até o dia 22 de junho de 2007. Capítulo VI – Do Funcionamento.
271 Art. 13º – A abordagem do temário será realizada mediante exposição a cargo de painelistas,
272 seguido de debate na Plenária. Art. 14º – A mesa dos trabalhos será dirigida por um coordenador e
273 secretário previamente indicados pela Comissão Organizadora; Art. 15º - Os grupos escolherão os
274 seus coordenadores e relatores, e contarão com o apoio de facilitadores indicados pela Comissão
275 Organizadora. Art. 16º – A equipe de sistematização será composta pela Comissão Organizadora e
276 elaborará o relatório final da Conferência. Art. 17º - A Plenária Final, dia 07 de julho de 2007,
277 terá como objetivos: 1 – apreciar e submeter à votação a síntese das discussões dos grupos; 2 –
278 encaminhar as deliberações desta Conferência Municipal à Conferência Estadual, conforme as
279 orientações do Conselho Estadual de Assistência social até o dia 15 de agosto de 2007; 3 –
280 escolher os delegados para a VI Conferência Estadual de Assistência social. Parágrafo Único –
281 Conforme deliberação do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS o Município e Porto
282 Alegre terá direito a quatro delegados, devendo respeitar a paridade 50% do poder público e 50%
283 da sociedade civil. Art. 18º - Participarão da Plenária Final todos os membros inscritos na VII
284 Conferência, sendo que somente os delegados terão direito a voz e voto. Art. 19º - A apreciação e
285 votação das propostas relativas ao temário central, aglutinada em seus respectivos objetivos,
286 constantes na sistematização dos relatórios dos grupos, terá o seguinte encaminhamento: a
287 Comissão de Sistematização procederá a leitura do relatório final por objetivo, de modo que os
288 pontos de divergência possam ser identificados como destaque para serem apreciados; após a
289 leitura final do relatório por objetivos, os pontos não anotados como destaque serão considerados
290 como aprovados pela Plenária Final e a seguir os destaques serão chamados por ordem, um a um
291 para serem apreciados; todos os destaques deverão ser apresentados por escrito à mesa
292 coordenadora da Plenária Final; os propositores de destaque terão 3 minutos para defesa do seu
293 ponto de vista. Após esse prazo o Presidente concederá a palavra ao membro que se apresente para

294 *defender posição contrária à proposta, ficando a critério da mesa a concessão da réplica a cada*
295 *fala, procedendo-se em seguida a votação da divergência; assegurar-se-á aos delegados da*
296 *Plenária Final o questionamento pela ordem à mesa sempre que a critério dos participantes não*
297 *esteja sendo cumprido o regulamento; a aprovação das propostas será por maioria simples.*
298 *Parágrafo Único – durante os períodos de votação serão vetados os levantamentos de questões de*
299 *ordem. Art. 20º - Os casos omissos serão resolvidos pela mesa coordenadora da Plenária Final.*
300 *Capítulo VII, Das Disposições Gerais. Art. 21º - O credenciamento obrigatório dos delegados terá*
301 *seu prazo expirado às 10h30min do dia 30 de junho de 2007, e deverá ser feito junto à Secretaria*
302 *do evento. Art. 22º - Serão conferidos certificados aos membros da conferência. Art. 23º - Os casos*
303 *omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora. Porto Alegre, 21 de maio de 2007 –*
304 *Conselho Municipal de Assistência Social. Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa: Alguma dúvida?*
305 **Sra. Presidente:** Eu tenho um destaque na questão dos delegados. Nós temos que gestionar junto ao
306 CEAS que se mantenha no mínimo os mesmos critérios de escolha de delegados da conferência
307 passada, 04 governamentais e 04 sociedade civil. Nós somos a única metrópole, não podemos estar
308 no mesmo critério dos municípios pequenos. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Isso foi repassado no dia
309 do seminário do CEAS, sobre a conferência, em que foi colocado que este ano haveria uma redução.
310 Eles equivaleram metrópole a município de grande porte, reduzindo de 08 para 04. **Sra. Presidente:**
311 Nós vamos estar gerenciando junto ao CEAS que se garanta no mínimo o mesmo critério. **Sra.**
312 **Presidente:** Alguma dúvida a mais? Eu só quero fazer um esclarecimento a respeito da alteração
313 que houve neste regulamento em relação aos delegados natos. Na conferência anterior tinha ali
314 delegados por Entidades, tinha delegados dos Conselhos e tinha os delegados governamentais. A
315 gente quer mesmo é a participação de todos dentro das pré-conferências. Então, se condicionou a
316 participação nas pré-conferências para ser delegado, isso valeu tanto para a sociedade civil quanto
317 para governamentais. Aí nós estabelecemos 150 delegados governamentais, porém, existe a
318 condição, se não tiver 150 inscritos e nas diversas pré-conferências não vão ser 150. A Comissão
319 Organizadora é composta por Conselheiros governamentais e não governamentais, isso foi
320 consenso, houve discussões e a gente chegou a essa definição. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:**
321 A gente chegou a sugerir que o CMAS encaminhasse para os Conselheiros uma lista de presença,
322 que fosse mais ou menos única, uma sugestão, não uma imposição, em função até do controle, de
323 todos os delegados também governamentais terem assinado. Não é que seja separado governamental
324 e não governamental, mas que o CMAS poderia encaminhar um modelo. **Sra. Iara de Fátima**
325 **Bueno da Rosa:** A gente disse na pré-conferência da Nordeste, que foi a primeira, que apesar de ter
326 sido a primeira estava extremamente organizada, que teve um público grande, por ser uma segunda-
327 feira à tarde, com chuva. Funcionou tudo muito bem, depois a gente pode repassar um exemplo,
328 podem usar ou não, mas pelo menos para tentar padronizar. **Sra. Lúcia Helena de Souza:** Eu tinha
329 entendido que haveria uma listagem padrão. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Sim, é isso. **Sra.**
330 **Miriam Dabdab D. Kolinger:** Mas acabou sendo votado só hoje. Então, não podia colocar como
331 um padrão se não tinha sido passado por aqui. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu vou pedir
332 para a Miriam estar repassando isso, até faz parte do kit. Também temos uma sugestão de
333 Regimento Interno para as pré-conferências também. Quer dizer, cada um organiza como quer.
334 Então, podemos aprovar este regulamento? Alguém é contra? Alguma abstenção? Então, aprovado
335 por unanimidade. **1. Votação da Ata 09/07.** Vocês receberam a ata, alguém tem alguma colocação a
336 fazer? Alguém é contra a aprovação desta ata? Alguém se abstém? Então, está aprovada a Ata nº 9.
337 Agora pode falar, Maria do Carmo. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** É uma proposta. Como
338 vamos ter o nosso *site*, nós discutimos que fosse uma síntese das resoluções, que não fosse na
339 íntegra esta ata, um resumo no *site*. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Existe a íntegra aqui para
340 quem quiser olhar. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Não, mas uma coisa é uma síntese da Plenária,
341 porque resoluções são aquilo que saem daqui. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu tenho uma
342 posição. Nós temos problema de pessoal no Conselho, que está abarrotado de trabalho. Então, nós

343 vamos criar mais um trabalho, nós lutamos muito e foi uma briga imensa para que essa nossas atas
344 fossem taquigrafadas, para ser mais fidedignas possíveis. Eu me preocupo com o critério que nós
345 iríamos ter para poder resumir, o que entra e o que não entra, qual o poder de escolha que nós
346 vamos ter. Por outro lado, se nós tivermos no site toda a ata as regiões vão poder cobrar dos seus
347 Conselheiros a sua posição em relação a determinados assuntos, que, às vezes, os Conselheiros vêm
348 na reunião e é deliberada alguma coisa em relação à região e quando eles são cobrados lá é dito: *ah,*
349 *eles que decidiram, eu fui contra;* mas estava aqui presente. Tem esse lado bom na história, não fica
350 o dito pelo não dito. **Sr. Arnaldo Batista S. dos Santos:** E até no caso de não estar presente e foi
351 demandado: *mas como concorda com isso?* E o Conselheiro não estava presente. Quer dizer, é pior
352 ainda neste caso. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** É importante essa discussão, mas quero
353 levantar estas questões. **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:** A ata tem que estar completa lá. **Sra.**
354 **Maria do Carmo de Souza:** Nós discutimos porque tem muitos pormenores em termos de
355 discussões internas. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Mas a ata é pública. **Sr. Carlos**
356 **Fernando S. Filho:** Eu acho que se poderia colocar no site ali, demanda um pouquinho mais de
357 trabalho, mas fica mais claro para quem trabalha com resoluções, é a taquígrafa fazer a ata total e
358 pinçar as resoluções. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Só que as resoluções, na realidade, nós
359 fazemos aqui deliberações, mas as resoluções oficiais são numeradas e feitas posteriormente. Vai ter
360 também lá um *link* com todas as resoluções. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Quando a gente
361 discutiu a idéia era tornar menor só para que todo mundo lesse, que as pessoas não achassem ela tão
362 grande que nem comesçassem a ler. Era o único objetivo, era de tentar fazer com que o maior
363 número de pessoas possível lesse, ficassem a par de tudo que se discute. Agora, como ata, a ata tem
364 que ir toda e não existe nem como defender isso, era só para fazer um resuminho para quem não
365 quisesse ler toda. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Pela pauta as pessoas vão ler. **Sra. Miriam Dabdab**
366 **D. Kolinger:** Quem está interessado vai atrás, independente do tamanho, e tendo a pauta antes a
367 pessoa vai pinçar o que lhe interessa. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Fica melhor a pauta e a ata.
368 **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Mais alguma coisa? **Sra. Anahí M. Melgare:** Eu achei a
369 idéia de vocês brilhante, porque as atas ficam muito cansativas e ao invés das pessoas lerem as
370 pessoas se afastam. Eu não sei como fazer isso, eu vi que tem problema de pessoal, mas tornar isso
371 de uma forma mais atrativa para as pessoas lerem e se interessarem. Eu apoio total como uma
372 leitora das atas. Realmente, quando tem algum ponto polêmico vai na ata e vai a fundo naquela
373 região, mas que tivesse uma fora mais atrativa para as pessoas terem esse hábito de ler. Eu não sei
374 como, mas uma forma que ficasse mais atrativa a ata. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Eu acho que a
375 pauta é o atrativo. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu quero continuar defendendo esta
376 questão, que é digno da gente discutir, mas a partir que o *site* estiver no ar vamos estar aprimorando.
377 Algum informe? **6. Informes.** **Sra. Heloísa Helena L. Vinôlo:** Eu tenho um informe a respeito das
378 deliberações da Tripartite que não foram incluídas no OP. Este ano as demandas de assistência
379 social não estão de acordo com os pareceres da Tripartite, o que foi para o livro foi antes da
380 Tripartite fazer a visita nas Entidades. Inclusive, tem Entidades em que a Dirigente disse que não
381 quer a demanda, que não tem terreno, que não tem trabalho e está no livro. Nós vamos ter muita
382 dor-de-cabeça quando isso vier para cá, porque o Busatto e a Brizabel assumiram em público que
383 tinha sido errado. Quando o CMAS não der parecer aqui vai sobrar para nós. **Sra. Iara de Fátima**
384 **Bueno da Rosa:** Heloísa, como nós temos uma ata, que é fidedigna da nossa reunião, seria
385 interessante que trouxesse o parecer da Tripartite para ser lido aqui em relação a todas as demandas.
386 Esse parecer vai ser lido, ele entra na ata, é passado aos Conselheiros para divulgarem dentro da sua
387 região qual é a real situação. É a melhor forma, porque depois nós vamos também nos basear no
388 parecer da Tripartite. Mais alguma coisa? Tem pré-conferência esta semana da Glória, Cruzeiro e
389 Cristal. **Sra. Sandra Mara Nunes:** Da Leste também. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Então,
390 vamos pegar pela ordem: Partenon. **Sra. Eunice Zimmermann:** Dia 23, às 13h30min, no Murialdo,
391 Vidal de Negreiros, 583. **Sr. Carlos B. da Silva:** A Leste, dia 25, das 13 às 17h30min, no CRAS

392 Leste, rua São Domingos, 79. **Sra. Heloísa Helena L. Vinõlo:** A Glória, Cruzeiro e Cristal, dia 25,
393 no CEGEB, na Cel. Neves, 555, das 8h30 às 16 horas. São três regiões. **Sr. Francisco T. de Lima:**
394 A Lomba, dia 26, das 13 às 18 horas, no CPCA, 4444. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:**
395 Região Centro, dia 29, Colégio Marista São Pedro, das 13h30min às 20 horas, rua Álvaro Chaves,
396 625. Após a reunião nós queremos falar com o Conselheiro da Partenon, porque a pré-conferência
397 de vocês vai ser na quarta-feira, que dá choque com a Executiva. Então, vamos ter que negociar.
398 **Sra. Presidente:** Eu até tinha uma sugestão, que a Conselheira fizesse uma fala na abertura e a
399 gente fosse para o encerramento, porque nós temos um assunto urgente para tratar. Então, não temos
400 como não fazer esta executiva. Aí pode fazer uma fala em nome do Conselho, a Diva pode estar no
401 suporte, só que a fala seria importante de alguém do Controle Social, a pessoa mais indicada é a
402 Conselheira. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** A Conselheira Nice. **Sra. Miriam Dabdab D.**
403 **Kolinger:** E a Executiva não pode começar um pouco antes? **Sra. Presidente:** Nós temos um
404 assunto urgente para tratar, em função disso não vamos poder estar, já pensamos em todas as
405 alternativas, mas o assunto é urgente, não tem como transferir. Então, nós vamos estar, mas no final.
406 **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu queria agradecer a todos pela atenção e também agradecer
407 a presença dos nossos visitantes, o Joaquim, que é o novo Conselheiro da Temática de Assistência
408 Social, e a Sílvia também, que foi reeleita. O Joaquim vai ser empossado. **Sra. Maria do Carmo de**
409 **Souza:** Eu preciso falar. Hoje teve o Marco Estratégico para UNESCO no Brasil, que é um
410 movimento em nível internacional, eu fui representando a SMED e representando o CMAS, eu sou
411 interlocutora do Escola Aberta em nível de Porto Alegre, então, foi o convite. Eu só queria colocar a
412 vocês que dia 16 teve um evento na UFRGS, onde participou a Conselheira Natália, do Conselho
413 Nacional de Assistência Social, que é coordenadora em nível nacional do Escola Aberta. Foi
414 importante, a gente teve um espaço e ela se apresentou como Conselheira do CNAS e pediu para as
415 pessoas a participação nas conferências municipais, estaduais e nacionais, tanto da criança e do
416 adolescente, como de assistência social. Esse é um avanço daquilo que eu sempre digo, os espaços
417 que a gente ocupa a gente tem que reforçar. E quarta-feira eu vou representando a Secretaria
418 Municipal de Educação na Temática Violência e Cidadania, Mapa da Violência no Brasil, em
419 Brasília, na ABN, onde eu vou levar a nossa participação junto ao CMAS, junto ao Conselho
420 Municipal de Justiça e Segurança, Conselho de Entorpecentes dentro do Escola Aberta, que seria a
421 ênfase dada para ser o Programa Escola Aberta como uma prevenção à violência e também à cultura
422 de paz. Obrigada. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Obrigada mais uma vez. *(Encerra-se a*
423 *reunião às 19h43min)*